



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATICO N.º 20

Março de 1998

NOTAS

1. Encontra-se disponível, há já algum tempo, na *Internet* e através da *home page* da Procuradoria-Geral da República (www.pgr.pt), o acesso à **base de dados das circulares da Procuradoria-Geral da República**.

Após a publicação e distribuição, em meados do ano transacto, da colectânea relativa a tais circulares, concretizaram-se agora as condições para o acesso e divulgação actualizada, por meios automáticos, dessas directivas.

Refira-se que, através da página de pesquisa dessa base de dados, pode ser procurada qualquer palavra ou frase, obtendo-se em resposta uma página com a indicação das várias circulares em que essas palavras ou frases ocorrem.

2. A Procuradoria-Geral da República em colaboração com o Instituto do Consumidor e o Centro de Estudos Judiciários leva a efeito, nos próximos dias 19, 20 e 21 de Março e na cidade de Tomar, a IV CONFERÊNCIA "CONSUMO E JUSTIÇA".

No primeiro dia dos trabalhos, após a sessão de abertura, a que se dignará comparecer Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça em representação de Sua Excelência o Ministro da Justiça, terão lugar as comunicações dos Exm^{os}. Prof. Doutor António Pinto Monteiro e Dr. Francisco Xavier do Amaral subordinadas, respectivamente, aos temas: "*Os Contratos pré-elaborados e a acção inibitória em matéria de cláusulas abusivas*" e "*Publicidade e práticas comerciais*".

Ainda nesse dia iniciar-se-á o funcionamento dos dois grupos de trabalho (GT I e GT II) constituídos para analisar os temas e sub-temas seguintes:

GT I - Contratos de consumo e práticas comerciais

Contratos financeiros e de seguros Cláusulas abusivas em contratos O sobreendividamento
O acesso à Justiça: Formulário Comissão Europeia/Acção Inibitória

GT II - Publicidade e práticas comerciais

Publicidade televisiva Marketing directo Protecção de dados pessoais face à informática



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Acção Inibitória

No dia 20, e para além da continuação dos trabalhos dos referidos grupos, será proferida uma palestra pelo Dr. Mário Tenreiro sobre "*Acesso à Justiça: uma perspectiva europeia*".

No último dia serão apresentadas e debatidas as conclusões e recomendações, a que se seguirá a sessão de encerramento com a presença de Sua Excelência o Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro.

Para além dos participantes indicados pelas instituições que integram a organização da Conferência e cujo número ronda os 150 (dos quais cerca de 50 são magistrados do Ministério Público), a participação encontra-se aberta, até ao limite de 30, a interessados exteriores a tais instituições os quais, para o efeito, deverão contactar, até ao dia 13 de Março, o Instituto do Consumidor.

3. A data da **eleição do procurador-geral adjunto** com assento no Conselho Superior do Ministério Público está designada para o próximo dia 31 de Março - cfr. aviso publicado no DR II^a série, de 10/2/98. Os cadernos eleitorais definitivos estão patentes para consulta desde o passado dia 2 de Março.

4. Por deficiência de impressão, o **mapa de transferências de delegados do procurador** da República, divulgado (em anexo) no último Boletim Informativo, saíu incompleto. Aproveita-se agora para completá-lo na parte em falta:

n.º nome situação colocação vaga

523 Carlos da Purificação Ferreira Arganil Condeixa 377 527 Maria Adelaide D. Santos Lisboa/Sintra Sintra Aviso 545 Júlio Carlos M. Braga Benavente/Setúbal Setúbal 75 550 Marina M. Monteiro S. Dias Alijó Porto 299 559 José Augusto F. G. Silva Ansião/Águeda Oliv. do Bairro 154 568 José Alberto Silva M. Boavida Disp./Lisboa Lisboa 67 575 Maria Elisabete M. P. Santos Porto Gondomar Aviso

1. As inspecções previstas para o ano de 1998 que ainda não foram distribuídas, sê-lo-ão na reunião de Inspectores do Ministério Público a ter lugar no dia 10 de Março.

2. As duas próximas sessões do Conselho Superior do Ministério Público estão agendadas para dias 22 de Abril e 27 de Maio de 1998.

3. Em anexo publica-se a lista de antiguidade dos magistrados do Ministério Público referente a 31 de Dezembro de 1997.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A TABELA

A tabela da sessão realizada no passado dia 4 de Março de 1998, previa 45 pontos dos quais 31 no Plenário e 14 na Secção Disciplinar.

Para a ordem de trabalhos do Plenário estavam incritos: o ponto de antes da ordem do dia; a reclamação efectuada por um magistrado relativamente a pena disciplinar aplicada pela Secção Disciplinar; 26 processos de inspecção; o pedido de aclaração de um acórdão relativo a contagem de antiguidade; a renovação da comissão de serviço de dois magistrados a exercerem funções nos Supremos Tribunais e, por último, a lista de antiguidade dos magistrados do Ministério Público, referente a 31 de Dezembro de 1998.

Os processos de inspecção respeitavam ao serviço prestado por 2 procuradores da República e 22 delegados do procurador da República bem como à avaliação do estado dos Serviços do Ministério Público na comarca de Fornos de Algodres e no 1.º juízo de competência especializada cível da comarca de Oliveira de Azeméis.

3. A agenda da **Secção Disciplinar** previa, por sua vez, a apreciação de 11 processos de inquérito, 2 processos disciplinares e uma participação para eventuais efeitos disciplinares.

Quanto aos magistrados abrangidos nesses processos: um é procurador-geral adjunto, dois são procuradores da República e os restantes são delegados do procurador da República.

A SESSÃO EM RETROSPECTIVA

1. Com início às 10H30, a sessão terminou cerca das 19,30 horas. Não puderam comparecer, por motivos justificados, o Prof. Doutor Germano Marques da Silva e o Doutor Rui Gomes da Silva.

2. Em Plenário, o Conselho apreciou 28 dos pontos agendados, tendo sido adiados apenas 3, todos relativos a processos de inspecção.

3. A Secção Disciplinar, por sua vez, analisou 8 dos pontos inscritos na respectiva tabela. Foram adiados 6 processos de inquérito.

PONTOS DA AGENDA

1. No início da reunião plenária foi lida e aprovada a acta da anterior sessão.

Entrou-se, de seguida, no *período de antes da ordem do dia*, sendo examinada a situação que actualmente se verifica nos turnos de fins de semana e feriados.

Constatando que essa situação está, em muitos casos e por absoluta carência de serviços de apoio, não só a inviabilizar a acção do Ministério Público como a lesar gravemente os direitos dos cidadãos e a colocar em causa os princípios constitucionais sobre a liberdade e segurança, o CSMP tomou, por unanimidade, a deliberação que segue em anexo e determinou, ainda, que



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

da mesma fosse dado conhecimento, pela via mais rápida, a Sua Excelência o Ministro da Justiça, a Sua Excelência o Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura e a Sua Excelência o Presidente da 1ª. Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias.

Nos processos de inspecção analisados foi classificado o serviço prestado por 2 procuradores da República e por 20 delegados do procurador da República.

Oito dos magistrados abrangidos nesses processos apresentaram resposta aos relatórios de inspecção, tendo o Conselho apenas num caso elevado a proposta de classificação constante do respectivo relatório (de "*Bom*" para "*Bom com Distinção*").

Foram atribuídas 4 classificações de "*Muito Bom*" (a 1 procurador da República e a 3 delegados do procurador da República), 6 de "*Bom com Distinção*" (a 1 procurador da República e a 5 delegados do procurador da República) e 10 de "*Bom*" (todos delegados do procurador da República).

A totalidade das classificações de "*Bom*" referem-se a primeiras inspecções ao serviço prestado pelos magistrados em causa.

Foi determinado o arquivamento dos processos de inspecção (ordinária) aos Serviços do Ministério Público na comarca de Fornos de Algodres e no 1.º Juízo de competência especializada cível da comarca de Oliveira de Azeméis.

Foram renovadas as comissões de serviço de dois magistrados em exercício de funções nos Supremos Tribunais.

Foi decidido o pedido de aclaração de um acórdão relativo à contagem de antiguidade de um ex-magistrado do Ministério Público.

Foi aprovada a lista de antiguidades de magistrados do Ministério Público referente a 31 de Dezembro de 1997 (*vide* anexo).

O CSMP aprovou, ainda, a proposta do Conselheiro Procurador-Geral da República de nomeação para vogais do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República dos procuradores-gerais adjuntos Lic. *Carlos Alberto Fernandes Cadilha* (actualmente em comissão de serviço como juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo) e Lic.^a *Maria Cândida Guimarães Pinto de Almeida* (actualmente em comissão de serviço como Directora de Estágios da Magistratura do Ministério Público no Centro de Estudos Judiciários).

2. A Secção Disciplinar determinou o arquivamento de 4 processos de inquérito e a conversão de um inquérito em processo disciplinar.

Decidiu, também, com base em examinada participação, a instauração de um processo de inquérito.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Para além disso, e no âmbito dos processos disciplinares (2) analisados, foi ainda aplicada uma pena de inactividade por 18 meses e uma outra de suspensão de exercício por 60 dias, tendo esta última pena sido suspensa na sua execução por 2 anos.

anexos:

1. **Deliberação do CSMP sobre turnos**
2. Lista de antiguidades **PGR – PGA – PR - DPR**